

Coração Delta
Associação de Solidariedade Social

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	9
3.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras...	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	16
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	17
6. Rédito	18
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
8. Benefícios dos empregados	19
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
10. Outras Informações.....	19
10.1. Créditos a receber	20
10.2. Diferimentos	20
10.3. Caixa e Depósitos Bancários	20
10.4. Fundos Patrimoniais.....	21
10.5. Fornecedores	21
10.6. Estado e Outros Entes Públicos.....	21
10.7. Outras Dívidas a Pagar	22
10.8. Fornecimentos e serviços externos.....	22
10.9. Outros rendimentos.....	22
10.10. Outros gastos	23
10.11. Resultados Financeiros.....	23
10.12. Financiamentos Obtidos	23
10.13. Outros Ativos Correntes.....	23
10.14. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24
10.15. Investimentos Financeiros	24
10.16. Partes Relacionadas	24
10.17. Acontecimentos após data de Balanço.....	25

Balanço

Coração Delta

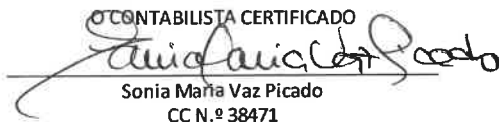
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária Euros

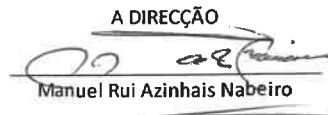
RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2021	31-12-2020
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	18 571,08	20 075,07	
Investimentos financeiros	10.15	10 283,10	8 208,76	
	Subtotal		28 854,18	28 283,83
Ativo corrente				
Créditos a receber	10.1	17 410,87	2 617,48	
Estado e outros Entes Públicos	10.6	799,64	1 289,31	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.14	54 265,00	48 335,00	
Outros Ativos Correntes	10.13	336 509,30	586 268,63	
Diferimentos	10.2	9 445,83	12 214,39	
Caixa e depósitos bancários	10.3	218 663,49	134 422,91	
	Subtotal		637 094,13	785 147,72
Total do Ativo			665 948,31	813 431,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	10.4	50 000,00	50 000,00	
Resultados transitados	10.4	(53 258,07)	41 536,30	
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	9 849,52	250,00	
Resultado Líquido do período		80 868,17	(94 794,37)	
Total dos fundos patrimoniais			87 459,62	(3 008,07)
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	10.12	2 552,75	9 695,77	
	Subtotal		2 552,75	9 695,77
Passivo corrente				
Fornecedores	10.5	76 139,68	84 676,82	
Estado e outros Entes Públicos	10.6	22 645,97	21 194,06	
Diferimentos	10.2	329 514,72	571 741,63	
Outros passivos correntes	10.7	147 635,57	129 131,34	
Outros passivos financeiros				
	Subtotal		575 935,94	806 743,85
Total do passivo			578 488,69	816 439,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			665 948,31	813 431,55

Campo Maior, 31 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Sonia Maria Vaz Picado
CC N.º 38471

A DIRECÇÃO


Manuel Rui Azinhais Nabeiro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Coração Delta

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	6	125 759,40	113 971,70
Subsídios, doações e legados à exploração	7	1 164 675,56	1 045 102,76
Fornecimentos e serviços externos	10.8	(231 838,88)	(277 083,86)
Gastos com o pessoal	8	(853 211,51)	(909 074,25)
Outros rendimentos	10.9	67 476,60	88 265,39
Outros gastos	10.10	(174 082,02)	(141 431,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		98 779,15	(80 250,25)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(17 600,67)	(14 252,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		81 178,48	(94 503,01)
Juros e gastos similares suportados	10.11	(47,71)	(7,98)
Resultados antes de impostos		81 130,77	(94 510,99)
Imposto sobre o rendimento do período		(262,60)	(283,38)
Resultado líquido do período		80 868,17	(94 794,37)

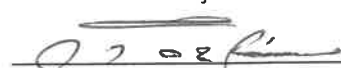
Campo Maior, 31 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Sonia Maria Vaz Picado

CC N.º 38471

A DIRECÇÃO


Manuel Rui Azinhais Nabeiro

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Coração Delta

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

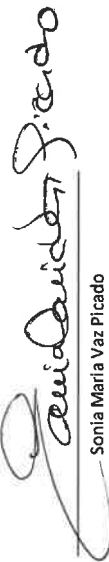
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamento/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	50 000,00	19 197,99	250,00	22 338,31	91 786,30	91 786,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Transferência de resultados do exercício para resultados transitados			22 338,31		(22 338,31)	-	-
Diferença de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização							
Excedentes de realização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	22 338,31	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(94 794,37)	(94 794,37)	(94 794,37)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(94 794,37)	(94 794,37)	(94 794,37)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados				-			
Outras operações							
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+5	50 000,00	41 536,30	250,00	(94 794,37)	(3 008,07)	(3 008,07)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe				Euros	
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamento/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	50 000,00	41 536,30	250,00	(94 794,37)	(3 008,07)	(3 008,07)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Transferência de resultados do exercício para resultados transitados			(94 794,37)		94 794,37	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização							
Excedentes de realização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	(94 794,37)	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				80 868,17	80 868,17	80 868,17
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				80 868,17	80 868,17	80 868,17
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				9 599,52	-		
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
POSICÃO NO FIM DO ANO 2021	10 6+7+8+10	50 000,00	(53 258,07)	9 849,52	80 868,17	87 459,62	87 459,62

Campo Maior, 31 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Sonia Maria Vaz Picado
CC N.º 38471

A DIRECÇÃO



Manuel Rui Azinhais Nabeiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Coração Delta

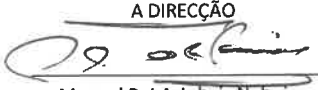
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		175 231,73	194 076,53
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(246 510,65)	(612 995,42)
Pagamentos ao pessoal		(608 411,91)	(986 261,90)
Caixa gerada pelas operações		(679 690,83)	(1 405 180,79)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(283,38)	(287,21)
Outros recebimentos/pagamentos		784 145,57	1 270 450,87
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		104 171,36	(135 017,13)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12 740,05)	(7 317,00)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(12 740,05)	(7 317,00)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			7 143,01
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(7 143,02)	(7,98)
Dividendos		(47,71)	
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(7 190,73)	7 135,03
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		84 240,58	(135 199,10)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		134 422,91	269 622,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		218 663,49	134 422,91

Campo Maior, 31 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO  Sonia Maria Vaz Picado CC N.º 38471	A DIRECÇÃO  Manuel Rui Azinhal Nabeiro
--	--



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Coração Delta – Associação de Solidariedade Social, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 49 de 10/03/2005 Série III e N.I.F. 507182626, sendo considerada Entidade de Interesse Público, tem a sua sede na Rua do Brasil, n.º 4 em Campo Maior, distrito de Portalegre.

Tem como objeto dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre indivíduos, desenvolvendo as seguintes atividades: Apoio às crianças e aos jovens; apoio à família; apoio à terceira idade; apoio à integração social e comunitária; assistência humanitária. A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 31 de Março de 2022.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por :

- Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

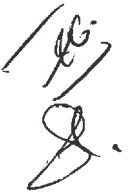
As depreciações são calculadas numa base anual, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

	2021	2020
Edifícios e outras construções	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento básico	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento de transporte	Linha Reta	Linha Reta
Equipamento administrativo	Linha Reta	Linha Reta
Outros ativos fixos tangíveis	Linha Reta	Linha Reta

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	2021	2020
Edifícios e outras construções	10	10
Equipamento básico	12.5 - 25	12.5 - 25
Equipamento de transporte	16.66 - 25	16.66 - 25
Equipamento administrativo	12.5 - 33.33	12.5 - 33.33
Outros ativos fixos tangíveis	12.5 - 25	12.5 - 25



A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

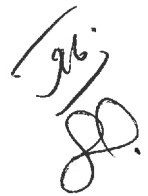
Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

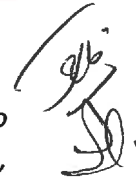
Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*



No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRCI.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis":

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	79 474,45					79 474,45
Equipamento básico	278 235,85	3 273,00				281 508,85
Equipamento de transporte	61 530,09					61 530,09
Equipamento biológico						-
Equipamento administrativo	41 462,59	2 052,00				43 514,59
Outros Ativos fixos tangíveis	3 244,71	1 992,00				5 236,71
Total	463 947,69	7 317,00	-	-	-	471 264,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	65 367,40	7 053,52				72 420,92
Equipamento básico	268 918,05	2 572,33	-			271 490,38
Equipamento de transporte	61 530,09					61 530,09
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	36 587,01	3 631,15				40 218,16
Outros Ativos fixos tangíveis	4 534,31	995,76				5 530,07
Total	436 936,86	14 252,76	-	-	-	451 189,62
VALOR LIQUIDO	27 010,83					20 075,07

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	79 474,45					79 474,45
Equipamento básico	281 508,85	13 367,71				294 876,56
Equipamento de transporte	61 530,09					61 530,09
Equipamento biológico						-
Equipamento administrativo	43 514,59					43 514,59
Outros Ativos fixos tangíveis	5 236,71	2 728,97				7 965,68
Total	471 264,69	16 096,68	-	-	-	487 361,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	72 420,92	7 053,50				79 474,42
Equipamento básico	271 490,38	5 011,13	-			276 501,51
Equipamento de transporte	61 530,09					61 530,09
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	40 218,16	3 091,15				43 309,31
Outros Ativos fixos tangíveis	5 530,07	2 444,89				7 974,96
Total	451 189,62	17 600,67	-	-	-	468 790,29
VALOR LIQUIDO	20 075,07					18 571,08

6. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços	125 759,40	113 971,70
Quotas dos utilizadores	21 875,00	21 940,00
Mensalidades	86 000,00	82 185,50
Outros Serviços	17 884,40	9 846,20
Total	125 759,40	113 971,70

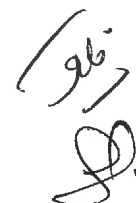
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	660 373,62	569 974,00
CRSS	424 585,58	426 608,03
IEFP	9 117,64	16 961,24
POISE	179 007,45	37 017,30
ULSNA	39 255,90	40 416,75
Alto Com. Migrações	8 407,05	48 970,68
Apoios do Governo	14 862,31	23 005,33
Município Campo Maior	1 717,51	7 385,39
Município Elvas	-	7 385,40
Município Portalegre	-	7 385,40
Federação Port. Ténis	300,00	849,14
Apoios Covid	12 444,80	-
Ministerio da Educação	400,00	-
Total	675 235,93	592 979,33

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	2 400,48	7 385,40
Donativos	487 039,15	444 738,03
Donativos - Outras Entidades	49 220,28	40 214,28
Donativos - MRAN	297 839,76	255 240,00
Donativos - NOVADELTA	50 000,00	30 000,00
Donativos - Torrefação CAMELO	3 250,00	28 843,10
Donativos - Nabeirimóvel	9 000,00	9 000,00
Donativos - Nabeirodist	1 456,50	-
Donativos - DELTA SERVIÇOS	76 272,61	81 440,65
Total	489 439,63	452 123,43

TOTAL SUBSIDIOS E DONATIVOS	1 164 675,56	1 045 102,76
------------------------------------	---------------------	---------------------



8. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de “43” e em 31/12/2020 foi de “47”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	604 101,54	649 309,69
Encargos sobre as Remunerações	138 009,69	150 002,08
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 803,18	10 449,57
Gastos de Acção Social	66 553,21	68 679,37
Outros Gastos com o Pessoal	32 743,89	30 633,54
Total	853 211,51	909 074,25

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes c/c	17 410,87	2 617,48
Utentes	17 410,87	2 617,48
Total	17 410,87	2 617,48

Nos períodos de 2021 e 2020 não foram registadas quaisquer “Perdas por Imparidade”.

10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	9 355,83	12 187,69
Outros Diversos	90,00	26,70
Total	9 445,83	12 214,39
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios para investimentos	329 514,72	571 741,63
Total	329 514,72	571 741,63

10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa		4 130,00
Depósitos à ordem	218 663,49	130 292,91
Total	218 663,49	134 422,91

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	50 000,00	-	-	50 000,00
Resultados transitados	41 536,30	(94 794,37)	-	(53 258,07)
Outras variações nos fundos patrimoniais	250,00	9 599,52	-	9 849,52
Total	91 786,30	(85 194,85)	-	6 591,45
Resultado Líquido do período	(94 794,37)			80 868,17
Total dos fundos patrimoniais	(3 008,07)			87 459,62

10.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	76 139,68	84 676,82
Total	76 139,68	84 676,82

10.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	316,90	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	482,74	1 289,31
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	799,64	1 289,31
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		283,38
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	694,82	215,54
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 597,00	4 071,77
Segurança Social	15 005,99	15 421,73
Outros Impostos e Taxas	2 348,16	1 201,64
Total	22 645,97	21 194,06

10.7. Outras Dividas a Pagar

A rubrica “*Outras dividas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	7 739,09	-	6 175,39
Remunerações a pagar	-	7 739,09	-	6 175,39
Fornecedores de Investimentos	-	3 356,63	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	111 266,16	-	-
Outros credores	-	25 273,69	-	122 955,95
Total	-	147 635,57	-	129 131,34

10.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	171 324,73	184 898,92
Materiais	4 993,36	14 797,34
Energia e fluidos	10 288,17	6 461,28
Deslocações, estadas e transportes	362,63	359,65
Serviços diversos (*)	44 869,99	70 566,67
Limpeza, Higiene e Conforto	1 596,44	5 637,23
Comunicação	5 374,69	4 959,74
Rendas e Alugueres	17 811,12	17 811,12
Seguros	10 583,55	10 023,00
Outros Serviços	9 504,19	32 135,58
Total	231 838,88	277 083,86

10.9. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	62 670,72	79 207,87
Outros rendimentos e ganhos	4 805,88	9 057,52
Total	67 476,60	88 265,39

10.10. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	45 687,08	51 227,45
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,06	-
Outros Gastos e Perdas	128 394,88	90 204,54
Total	174 082,02	141 431,99

10.11. Resultados Financeiros

A rubrica de "Resultados Financeiros" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	47,71	7,98
Total	47,71	7,98
Resultados financeiros	(47,71)	(7,98)

10.12. Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Total	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos	2 552,75	2 552,75	2 552,75	2 552,75
Total	2 552,75	2 552,75	2 552,75	2 552,75

10.13. Outros Ativos Correntes

A rubrica de "Outros Ativos Correntes" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	-	729,83
Devedores por acréscimos de rendimentos	336 509,30	585 538,80
Total	336 509,30	586 268,63

10.14. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A rubrica de “Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Quotas	54 265,00	48 335,00
Total	54 265,00	48 335,00
Passivo		
Total	-	-

10.15. Investimentos Financeiros

A rubrica de “Investimentos Financeiros” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras empresas	-	
Método de Equivalência Patrimonial	10 283,10	8 208,76
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	10 283,10	8 208,76

10.16. Partes Relacionadas

	Vendas / Prestações Serviço		Compras Bens / Serviços		Contas a Receber		Contas a pagar	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda.	298 840	266 745	2 436	7 764	0	0	2 851	835
Novadelta, S.A.	51 000	31 000	1 266	4 532	0	0	1 174	3 160
Tecnidelta, Lda.	500	500	332	-358	0	0	236	185
Toldiconflex, Lda.	0	0	4 327	5 926	0	0	4 354	4 163
Delta Cafés Madeira, S.A.	500	500	0	0	0	0	0	0
Nabeirauto, Lda.	500	500	17 532	7 845	500	500	2 903	1 061
Nabeirimóvel, Lda.	9 000	9 000	20 265	22 907	0	0	5 739	5 274
Nabeirogest, S.A.	0	1 000	90	180	0	0	3 352	821
Torrefacção Camelo, Lda.	1 000	29 843	0	0	0	0		208
Delta Serviços, Lda.	83 568	97 816	129 383	138 866	5 579	0	44 497	47 730
Joaquim dos Santos Nabeiro, Lda.	1 457	0	13 495	4 017	0	0	4 757	1 845

10.17. Acontecimentos após data de Balanço

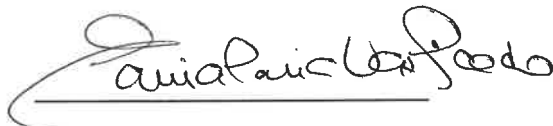
Em fevereiro de 2022 a Rússia deu início a uma invasão militar em território Ucrainiano. A evolução da situação geopolítica na Ucrânia, nomeadamente por via das ações militares levadas a cabo pela Rússia e a resposta de diversos países, nomeadamente Europeus e dos Estados Unidos da América, no que respeita às sanções económicas implementadas, poderão afetar os mercados globais e a evolução económica em geral.

À presente data, os referidos acontecimentos têm originado impactos macroeconómicos relevantes, em particular ao nível dos mercados de financiamento internacionais, nomeadamente a subida das taxas de juro, bem como o aumento do preço da energia, dos combustíveis e de um conjunto de bens e serviços, o que tem originado uma crescente inflação. Embora a Entidade não tenha exposição direta ao mercado e entidades russas, o conflito poderá originar repercussões na economia a nível nacional e mundial que, à presente data, não são possíveis de estimar com fiabilidade quanto à sua duração e extensão. Face à atividade da Entidade, não se estimam impactos operacionais relevantes. Não obstante, a Gerência encontra-se a acompanhar e a monitorizar o desenrolar da atual situação de forma a poder tomar medidas mitigatórias caso se revele necessário.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela direção em 31 de Março de 2022.

Campo Maior, 31 de Março de 2022

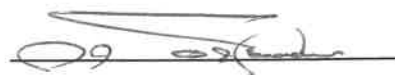
O Contabilista Certificado



Sonia Maria Vaz Picado

(CC nº 38471)

A Direção



Manuel Rui Azinhalis Nabêiro